

A Lei dos Sexagenários em um jornal católico

Alceste Pinheiro*

Após um período em que ficou como que suspensa do debate público, sobretudo nos anos que sucederam à Lei do Ventre Livre, a chamada Questão Servil entrou novamente em pauta a partir de 1880 – ano que Robert Conrad considera o reinício da luta antiescravista. É o começo da organização de clubes emancipacionistas, como o liderado por Joaquim Nabuco, e o avanço da campanha pela imprensa, sobretudo com José do Patrocínio, e com *O Abolicionista*, órgão da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (CONRAD, 1978: 168-172).

Tratava-se de um movimento urbano, com envolvimento de setores médios da população, com avanço ainda que lento na Câmara dos Deputados e no Senado. Um observador do período, líder abolicionista, o percebeu.

Foi na legislatura de 1879/80 que, pela primeira vez, se viu dentro e fora do Parlamento um grupo de homens fazer da emancipação dos escravos, não da limitação do cativo às gerações atuais, a sua bandeira política, a condição preliminar da sua adesão a qualquer dos partidos (NABUCO: 2003, 25).

Foi um período curto. Já que no ano seguinte, 1881, sob o governo liberal, conduzido pelo senador baiano José Antônio Saraiva, ficou evidente que a opção era por um gradualismo lento, que levasse ao fim da escravidão em 20 anos com base no que fora aprovado na chamada Lei do Ventre Livre. Os escravocratas passaram à ofensiva. Assim foi também em 1882, embora o visconde de Paranaguá, chefe do governo liberal, tenha prometido acelerar a transição. Entretanto, não há sequer uma só menção à Questão Servil na Fala do Trono de 17 de janeiro de 1882.

Nabuco, um dos principais líderes do ainda incipiente movimento abolicionista, gravitava então entre o pessimismo e o otimismo. Pessimista, considerava os ganhos dos produtores de café um dos impeditivos para a emancipação. O lucro dos senhores era grande no sul do país

* Professor Associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História Social para Universidade de São Paulo.

Lucro, de que partilham todas as classes intermédias do comércio, comissários, ensacadores, exportadores; cujas migalhas sustentam uma clientela enorme de todas as profissões, desde o camarada que faz o serviço de votante, até ao médico, ao advogado, ao vigário, ao juiz de paz; e do qual por fim uma parte, e não pequena, é absorvida pelo tesouro para manutenção da cauda colossal do nosso orçamento – o funcionalismo público (Idem: idem, 143).

Otimista, porque estava convencido de que já havia uma atmosfera contrária à escravidão.

A opinião pública, tal qual se está formando, tem influência e ação sobre o governo. Ele representa o país perante o mundo, concentra em suas mãos a direção de um vasto todo político, que estaria pronto para receber sem abalo a notícia da emancipação, se não fossem os distritos de café nas províncias de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, e assim é sempre impedido pela consciência nacional a afastar-se cada vez mais da órbita que a escravidão lhe traçou (idem, idem).

Só em 1883 é que o movimento emancipacionista recrudescer de forma vigorosa. Nabuco lançou o seu *O Abolicionismo*, de enorme repercussão. Na corte, alguns dos principais militantes emancipacionista trataram de reunir os clubes abolicionistas em uma confederação, que lançou um manifesto em agosto. Em novembro, nasceu a Sociedade Central de Imigração, com o objetivo de trazer trabalhadores brancos, europeus e livres para as fazendas do Império. “No início de 1884, o abolicionismo da capital do Império tomou pela primeira vez o caráter de um movimento de massas” (CONRAD, 1978: 234-239).

No próprio parlamento, as discussões reacenderam-se. Mesmo os deputados e senadores que claramente defendiam os direitos dos proprietários, já percebiam a inevitabilidade do fim do sistema e reconheciam a necessidade de encaminhamento da Questão Servil. Já não havia apoio intelectual e ideológico à escravidão. Era grande a maioria dos que apostavam nas vantagens do trabalho livre sobre o trabalho escravo. As divergências eram como proceder à transição. Nisso se concentravam os principais temas em debate (MENDONÇA, 2008, 47-48).

Emília Viotti da Costa, em estudo já clássico, observa que se difundia então “uma forma de argumentação relativamente nova”. Até aí os argumentos contrários à escravidão eram inspirados no Iluminismo, no Romantismo e na economia liberal clássica. A partir de então entra em cena o Positivismo, abraçado por setores médios dos centros urbanos (COSTA, 1998, 427). Não era mais de bom tom defender o sistema. Ao contrário, “era chiquíssimo assumir fumaças abolicionistas naqueles anos finais da escravidão” (CHALHOUB: 1990, 170). *O Apóstolo* o percebeu: “os que nada queriam ceder, hoje já sentem a necessidade de transação” (APÓSTOLO: 10 de outubro de 1884, número 110, p. 1).

E desde os embates do *Ventre Livre* a Igreja Católica Romana também deixara defender, justificar e legitimar a escravidão, e o setor já hegemônico da instituição – o ultramontano – passara a engajar-se claramente no processo abolicionista. Esse movimento é possível de constatação nas páginas do jornal *Apóstolo*, nas quais ficam expressos os princípios que norteavam a defesa da emancipação e deixa evidente que sociedade queria para o Brasil esse grupo católico, que o jornal *O Globo*¹ qualificou então de ‘neo-católicos’ (Idem: 21 de março de 1883, número 32, p. 2).

A discussão da chamada Lei dos Sexagenários se dá naquele período que Juarez Bahia qualifica de “segunda fase da imprensa brasileira”, iniciada em 1880, quando já está preparada para o estágio empresarial. Os veículos aposentaram os processos já superados de composição e impressão e adquiriram equipamento moderno, mais rápido, que reduziram o esforço físico e o tempo industrial (BAHIA: 2009, 114).

É uma fase prenunciada a partir da chamada Conciliação, quando as elites se arranjam nos partidos Liberal e Conservador, põem fim às lutas internas, consolidam a centralização e o Império e abrem as portas para um período de progresso material e equilíbrio político. O país entra então em uma etapa de “paz e tranquilidade”, de construção e afirmação do sistema conservador e escravocrata, com evidentes reflexos na imprensa.

À medida que a chamada Questão Servil ganhava importância, os jornais enredavam-se nos debates e discussões. De um modo geral, todos defendiam a abolição,

¹ Não se trata do jornal homônimo que circula atualmente, que saiu às bancas nos anos 1920. *O Globo* citado acima é o lançado em 1874 e que teve na direção Quintino Bocaiúva, “a figura mais eminente da imprensa brasileira em sua época” (SODRÉ: 1983, 252).

mas com nuances que iam de uma posição favorável à emancipação imediata até a defesa de um gradualismo que daria fim à escravidão somente no século XX.

É que a imprensa dos novecentos no Brasil tornara-se um território de um embate para a imposição de uma determinada ideia de Brasil. As discussões sobre a chamada Questão Servil foram propícias para a defesa de diferentes modelos de nação. E dessa luta participará o setor ultramontano da Igreja. É o que é possível perceber nas páginas de *O Apóstolo*.

O jornal saiu em 1866 como uma publicação sem vínculos formais com a Igreja, mas produzido por padres. Semanário nos primeiros anos, fora diário por um curto período, entre 1874 e 1875, em meio à chamada Questão Religiosa, na qual teve intensa participação em defesa dos bispos do Pará, dom Antônio Macedo Costa, e de Olinda, dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Na época em tela, anos 1880, quando das discussões da denominada Lei do Ventre Livre, o jornal saía três vezes por semana, domingo, quarta-feira e sexta-feira. Adotava ainda o formato *standart*, com quatro páginas.

Redação e tipografia funcionavam nos números 14 e 16 da Rua Nova do Ouvidor², a região mais importante do centro da cidade. O jornal passara por algumas reformas nos 15 anos antecedentes. O que vai à venda nos primeiro anos da década de 1880, ao preço de 15 mil réis a assinatura anual, e de 8\$000, a semestral, é mais noticioso, mais aberto a outros temas que não o religioso³. O jornal estava disponível à venda avulso nas principais igrejas do Rio de Janeiro e na redação⁴.

Publicava uma *Secção Comercial*, com informações econômicas e financeiras, e publicava uma *Secção Doutrinaria*. Editava ainda uma *Secção Noticiosa*, em que cabia tudo, de *fait-divers* a “notícias importantes” provindas do mundo inteiro. O jornal

² atual Travessa do Ouvidor.

³ À guisa de comparação, os preços da assinatura do *Correio Paulistano*, diário, eram de 12\$000 para a capital, e de 16 mil réis para o interior (SODRÉ: 1973., 188). A *Revista Ilustrada*, que saía aos sábados com muito sucesso, estabelecia a assinatura anual em 12\$000 (corte) e 20\$000 (interior). O exemplar avulso custava \$500 (idem: idem, 217). Já o *Jornal do Commercio*, também diário, cobrava 40 réis por exemplar (idem: idem, 224). Os preços das assinaturas anuais do diário *Província de São Paulo* estavam fixadas em 14\$000 (capital) e 18\$000 (interior), e as semestrais, em 7 e 9 mil réis, respectivamente. O numero avulso custava 200 réis (idem: idem, 227).

⁴ Não foi possível descobrir a tiragem do *Apóstolo*. Não deveria ser grande, mesmo para a época. Em 1882, por exemplo, o *Correio Paulistano* tinha tiragem de 1800 exemplares e atingiria 8500 em 1904 (idem: idem, 225). A *Revista Ilustrada*, que tinha a maior que “qualquer periódico da América Latina”, imprimia 4 mil exemplares na época (idem: idem, 217). Em 1885, a tiragem do *Província de São Paulo* era de quatro mil.

aceitava os chamados *à pedido* e também anúncios, sempre na última página: de literatura religiosa, de estabelecimentos comerciais, de médicos e até de remédios. Em uma sessão denominada *Telegrama*, o trisemanário publicava as notícias de última hora⁵.

Embora não se apresente como órgão oficial da Igreja, mantinha uma *Secção Oficial*, com informações burocráticas da Diocese do Rio de Janeiro (proclamas, provimentos e transferências de padres, festas e cerimônias religiosas). Publicava ainda textos oficiais do bispo da corte, dom Pedro Maria de Lacerda, e do Papa Leão XIII. Sempre na primeira página, assim como um folhetim, típico dos jornais da época, e o editorial, então conhecido também por artigo de fundo, que sai em todos os números sob a vinheta *O Apóstolo*⁶.

A década de 1880 não foi auspiciosa para a empresa que edita *O Apóstolo*. A crise financeira afetou a publicação. A reclamação das condições financeiras desfavoráveis será constante. A situação era tão grave que o fundador e proprietário do jornal, monsenhor José Gonçalves Ferreira, não resistiu e o vendeu em 2 de junho de 1882 (idem: 2 de junho de 1882, 72, 1).

A mudança de direção provocou alterações no formato e de endereço. As seções jornalísticas foram mantidas, mas o jornal passou a tablóide, o que lhe reduziu à metade, ainda que com quatro páginas editoriais. O periódico se torna mais apologético e mais firme no combate ao que os ultramontanos consideravam “inimigos da Igreja”: protestantes, principalmente, maçons, espíritas, livre-pensadores, positivistas.

Essa linha editorial é traçada pelos seus dois novos redatores: os padres Fernando Thiago Esberard e Joao Scaligero Augusto Maravalho, que mudam a feição do jornal e o tornam mais agressivo. Esberard era já uma referência pelo seu radicalismo ultramontano. Apesar disso, ou por isso mesmo, fez carreira na Igreja. Foi bispo de Olinda, entre 1891 e 1893, e depois o primeiro arcebispo do Rio de Janeiro, de 1893 a 1897, quando morreu.

⁵ Nesta época, o Brasil já era servido por cabos telegráficos submarinos, instalados em 1874. Nesse mesmo ano, a agência francesa Havas instalou-se no Rio de Janeiro e passou a providir os jornais de notícias internacionais.

⁶ Folhetim era o termo que definia a seção de pé de página do jornal em que eram publicados os chamados *fait-divers*, crônicas, críticas e, principalmente capítulos de romances na maior parte das vezes produzidos para este fim. Com o tempo essas obras de ficção passaram a ser denominadas de folhetim.

Scaligero Maravalho era um antiescravocrata conhecido desde os tempos em que atuara no Ceará como pároco em Quixadá, nos anos 1870 – aí uma das razões pelas quais o jornal acompanha com atenção o processo de emancipação cearense. É claro que a informação privilegiada, redigida por um correspondente nunca identificado, era aquela que envolvia padres e leigos católicos – uma forma de demonstrar que a Igreja defendia a emancipação e foi sempre contrária à escravidão. De qualquer forma, o jornal sempre noticiou com entusiasmo a abolição no Ceará, o que fortalecia a ideia de que não se aliava aos escravocratas.

Como os jornais mais importantes e conhecidos, *O Apóstolo* dedicou pouco espaço à Questão Servil em 1881. O assunto parecia como que congelado, e o jornal entrara na onda, que prosseguiria no ano seguinte. O trissemanário sequer alude à falta de menção à escravidão na Fala do Trono de 17 de janeiro de 1882. Reclama, sim, do fato de o Imperador não ter mencionado em seu discurso – curto como sempre – “as exposições de história do Brasil e da indústria nacional”, nem se referido às relações do Estado com a Igreja, “que ninguém sabe quais são” (idem: 20 de janeiro de 1882, número 9, p. 1).

A partir de 1882, o jornal passa a publicar mais sobre a Questão Servil. *O Apóstolo* vai se esmerar então na tentativa de demonstrar que é contra a escravidão, assim como a Igreja o foi, em toda a sua história. *O Apóstolo* defendia sem dúvida a emancipação dos escravos, mas condicionada aos princípios de gradualismo, de controle sobre o liberto e de segurança dos proprietários. O jornal também se posicionava contra a introdução em massa de imigrantes, ainda mais se protestantes.

No início da nova campanha emancipacionista, nos princípios da década de 1880, no necrológio do conselheiro José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, o jornal ainda manifestava a opinião de que a Lei do Ventre Livre garantia a libertação gradual, mas efetiva da escravidão no Brasil. Era o que setores senhoriais argumentavam contra qualquer nova iniciativa em favor do fim do regime servil (APÓSTOLO: 3 de novembro de 1880, número 124, p.1).

Dois anos depois, quando a campanha em favor da abolição ganhara mais intensidade, o *Apóstolo* condenava os jornais que preconizavam a “abolição de chofre”. A posição fora tomada diante da informação da *Gazeta de Notícias* de 9 de novembro de 1882 de que escravos tinham provocado tumulto em duas fazendas de São Paulo.

Condenava a imprensa pela proteção, “a mais desarrazoada possível”, ao escravo, e a responsabilizava por revoltas contra os senhores e por “propagar princípios subversivos”.

Não é, pois, de admirar que os escravos, esses mártires [grifado no original], na linguagem dos nossos abolicionistas sui generis, ouvindo tantas vezes gritar liberdade, igualdade e fraternidade. Não queiram por em prática tais princípios.

(...)

A causa dessas desordens, desses levantamentos, dessa decadência moral e social, está na imprensa livre e no desprezo e indiferença à religião.

Garantia que “todos os brasileiros são amantes da liberdade e desejam a abolição da escravatura entre nós, mas a querem sem estremecimento da sociedade”, com cuidados em relação aos próprios escravos, à lavoura e à sociedade (Idem: 25 de novembro de 1882, número 134, p. 3).

Em 1884, o *Apóstolo* adicionava outra razão para defender a solução gradual da questão servil: a econômica. Considerava que “a emancipação de chofre exporia o país a uma comoção violenta que ainda mais viria agravar o mau estado de nossas finanças”. Entretanto, já alertava para a ineficiência de meias medidas e reconhecia que era preciso “ir um pouco além” da Lei do Ventre livre, mas “dentro do terreno da legalidade” (Idem: 17 de fevereiro de 1884, número 19, p.1).

Gradualismo no entender do *Apóstolo* significava cautela. Cautela para impedir a divisão na nação e as revoluções, como as que propagavam na Europa. Na medida em que o ideia abolicionista avançava, na forma de um “movimento vertiginoso”, o jornal alertava para o que considera um perigo para o país

Somos amantes da liberdade, como já temos dado provas, e nunca recusaremos o nosso auxílio a favor da emancipação (...), mas não poderemos deixar de chamar ainda uma vez a atenção do governo para o estremecimento que se nota no seio de algumas províncias, a paralisação da vida nacional e o temor de um futuro desastroso mais ou menos próximo (Idem: 2 de maio de 1884, número 49, p. 1).

Cautela significava também cuidado para que a classe hegemônica não perdesse o poder e tivesse garantia de segurança. Diante do inevitável, o grupo ultramontano, já hegemônico na Igreja Católica no Brasil, buscava ao menos deixar claro que desejava uma abolição que não abalasse o que considerava alicerces da sociedade brasileira. Era preciso controlar o liberto, o que tinha vários sentidos e direção.

Um dos controles estava em despertar no escravo um sentimento de gratidão e de vínculo com o senhor. Daí a ênfase que o Apóstolo passa dar à alforria, com a publicação de manumissões concedidas por leigos e clérigos ou por intervenção eclesiástica.

Na opinião dos produtores do *Apóstolo*, alforria era sempre uma concessão, uma dádiva do senhor, uma ação de caridade que servia de exemplo aos outros. Nunca deixou ao menos pistas de que a manumissão fora o resultado da própria ação do escravo, como acontecia, conforme demonstram Keila Grimberg (2002, p. 33-35) e Chalhoub (1990, p.149 e 198). Constituía-se uma prerrogativa exclusiva, uma decisão pessoal dos senhores, que deveria provocar no escravo sentimento de gratidão, e não o de conquista de um direito. “Era necessário que a alforria pudesse ser representada pelo senhor sempre como concessão ou dádiva, mesmo quando a ‘graça’ cruzava com dinheiro na outra mão” (Slenes, 1997, p. 260). Esse sentimento de gratidão seria capaz de manter o escravo ligado à propriedade, mão-de-obra barata, sem efeitos prejudiciais aos interesses do senhor sobre o trabalho no campo.

Outra forma de controle preconizada pelo Apóstolo era a constituição de famílias escravas, tidas como garantia de segurança para o proprietário e de mão de obra. Um texto significativo, ainda que longo, vale ser reproduzido:

Reformar os costumes dos escravos, moralizando-os pelo casamento, e formação de família legítima seria um passo para atenuar os perigos prováveis da próxima revolução que se operará na economia do trabalho entre nós. Casado, o escravo tratará de edificar, plantar, conviver ao lado do senhor que naturalmente o protegeria. Chegada a crise, encontraria o escravo ligado ao amo pelo duplo laço de propriedade e do afeto.

O escravo casado deixará de ser encarado como máquina inconsciente de trabalho indefeso; será um homem de coração para esposa; de nobres sentimentos para os filhos, que convirá educar; de gratidão para o

senhor, em quem não olhará só o braço vigoroso armado do látigo que castiga, porém as mãos generosas que protegem.

As famílias escravas agrupadas em torno da fazenda do senhor serão outros tantos esteios que fortificarão o edifício do amo, quando se desencadearam as procelas emancipadoras.

Desse modo remedeia-se em grande parte a lacuna de braços de que se apavora a lavoura perante o movimento abolicionista.

Tudo conseguir-se-á em harmonia de interesses: trabalho e moralidade sem as violentas comoções que nos ameaçam. (idem: 1 de abril de 1883, número 40, p. 2)

Alforria e constituição de “família legítima” não seriam as únicas estratégias de contenção. O *Apóstolo* preconizava também a educação e a preparação do liberto para o mundo do trabalho. Só assim seria possível a emancipação – um argumento dos que estavam preocupados com os escravos, mas também, e principalmente, dos que queriam adiar, quem sabe indefinidamente a solução da questão servil. Era um argumento simples: o escravo não estava preparado para a liberdade e só poderia usufruí-la se educado. Se assim não fosse, o liberto se constituiria um perigo. O *Apóstolo* considera que, desta forma, estaria na defesa do escravo.

Proteja-se dentro dos limites legais o escravo, mas instrua-se-os como ao povo livre. Forme-se-lhe o coração para entrarem no gozo da liberdade, seguindo o ensino da Igreja, para que tenham amor ao trabalho e à moralidade, e sejam úteis à sociedade, em vez de serem nocivos (Idem, 25 de novembro de 1882, número 134, p. 3)

A educação tem um claro conteúdo controlador e conservador. Ao mesmo tempo em que defendia a abolição, “uma ideia bonita, civilizadora, humanitária e cristã”, alertava para a “crise aterradora, que necessariamente aparecerá depois da liberdade de milhares de homens aviltados, sedentos muitos de vingança, sem consciência, sem temor a Deus, nem ideia de dever”. Portanto, é preciso preparar os escravos para gozar de liberdade - preparação que se daria pelo ensino da moral cristã a fim de inculcar-lhes a obediência às leis, o respeito à propriedade e o amor ao trabalho. É essa a única maneira

de garantir a futura paz do senhor. Tarefa de governo e proprietário (idem, 18 de abril de 1883, número 42, p. 3).

Esses milhares de ingênuos que vão tendo uma vida de escravos, e crescem no vício e degradação dos costumes, e a quem a lei de 28 de setembro prometeu proteção nunca foram lembrados pelo parlamento. E entretanto da educação deles depende a solução desse problema aterrador: a transição do trabalho escravo para o livre (idem, 12 de setembro de 1883, número 103, p. 1).

Por isso, a proposta de educação dos ingênuos leva em conta também o que o jornal católico denomina escola prática, que os adestre “para a oficina e as práticas da lavoura”, o que seria também uma forma de diminuir a criminalidade. O projeto inclui ainda indicar ao liberto o seu lugar na sociedade, mesmo sem indicar a quê especificamente se refere.

Da educação e ensino prático virá necessariamente a regeneração social e a para o desenvolvimento da lavoura, comércio e indústria.

Não devemos confundir instrução com a educação, mas fazer desta uma realidade.

E sem desprezar a educação popular e mesmo de um modo obrigatório, para que o homem sabendo ler e escrever, saiba e conheça seus direitos de cidadão, não se descure da educação, para que possam também conhecer sua posição e lugar no edifício social (idem, 28 de setembro de 1883, número 110, p.1).

Quase seis meses depois, retornava ao tema com a proposta do país começar um programa de educação com o estabelecimento de escolas públicas para incutir nos escravos “noções de moral e amor ao trabalho”. Considerava lastimável que o governo “se descure” do futuro do elemento servil e não tenha “um passo dado” para “melhorar a sua sorte quando entrem no gozo dos direitos civis”, ao mesmo tempo em que procuram imigrantes “com toda força”.

Vamos de teoria em teoria, e quando se cuida de atrair colonos, preparar-lhes terrenos e meios de trabalho, como meio de salvação da lavoura e da indústria nacional, esquecem-se os escravos que, libertados,

são lançados ou entregues à mesma degradação de costumes e vícios, abandonados à miséria, às paixões e ao crime. Não serão eles braços válidos, aclimados, que possam servir à lavoura? (idem, Abolição e educação, 2 de março de 1884, número 24, p.1).

Lançar medo sobre os leitores era uma das estratégias. O liberto deseducado, sem temor a Deus e respeito à Igreja constituía um perigo. Chamava a atenção para as ruas, cheias de “meninos vagabundos (...) viciosos e sem ocupação”, como não se vê “em cidade nenhuma do mundo” (idem, 26 de fevereiro de 1883, número 21, p.1). A solução era estabelecer um sistema educacional que conformasse o liberto e o formasse para o trabalho. Era também um modo de se contrapor à propaganda imigrantista, considerada perniciososa para a Igreja pois buscava introduzir europeus e protestantes no Brasil. O *Apóstolo* defendia a preparação do escravo para o mundo do trabalho e também a adoção de leis rigorosas para coibir o que denominava de vagabundagem. À medida que se aguçavam as discussões em torno da chamada Lei dos Sexagenários e que ficava cada vez mais previsível o fim do regime servil, mais o jornal alertava para os riscos da falta de controle sobre o liberto.

Em edição de outubro de 1884 manifestava ceticismo quanto á situação futura do escravo. “A marcha do abolicionismo continua sem nenhum futuro vantajoso para o liberto; e longe de fazer-lhes um bem, faz-lhe um mal”. Considerava que a liberdade do escravo era “incompleta e cheia de ilusões” e previa o aumento do “número de vagabundos e talvez das estatísticas do crime”. Cobrava do governo leis que obrigassem o escravo ao trabalho e lhe afastassem da “mendicidade”, dos “vícios” e de “todas as imoralidades” (Idem: 10 de outubro de 1884, número 1117, p. 1).

Pouco mais de um ano depois, já com a Lei dos Sexagenários aprovada e em vigor, o *Apóstolo* reiterava o pedido de leis que coibissem a vagabundagem e obrigasse ao trabalho. Denuncia o aumento do

número dos criminosos, dos gatunos, dos capoeiras, contra os quais o governo, não confiando nos meios deficientes de nossa legislação, vê-se obrigado a exorbitar e ser mesmo arbitrário.

(...)

Os gatunos, os vagabundos, os capoeiras nem fogem à repressão da autoridade e nem tem a sanção penal (...), certos da impunidade ou de uma pequena pena (idem, 27 de novembro de 1885, número 134, p. 1).

Preocupado com a possibilidade de entrada em massa de protestantes europeus, o jornal deixava claro que os imigrantes não eram menos dados à ociosidade. Tinha-os por “proletários viciosos e acostumados nos grandes centros populosos da Europa” que não queriam trabalhar no campo. “O trabalho horroriza aos colonos”.

Recebem eles um lote de terra, vendem e vêm entregar-se nas grandes cidades a explorações, a pequenas indústrias.

(...) É por isso que vemos aqui na Corte milhares de homens válidos sem nada produzirem, quando não entregues ao roubo, à vagabundagem, à condição de baleiros, vendedores de jornais, de bilhetes de loteria e de engraxadores (idem, 23 de agosto de 1885, número 94, p. 1)

Portanto, o problema não era tão somente do elemento servil. O jornal buscava desqualificar o imigrante e apresentava como alternativa o escravo liberto, instruído, catequizado e de menor custo. Por isso, para controlar o liberto e o imigrante, preconizava uma legislação que regulasse as relações de trabalho, “uma condição essencial para a nossa existência de nação civilizada” (Idem, 21 de dezembro de 1884, número 51, p. 1). Para o *Apóstolo* essa questão era tão crucial que chega a criticar o próprio imperador por não ter se referido à necessidade de uma legislação trabalhista na Fala do Trono de 1844 (Idem, 4 de junho de 1884, número 62, p.2).

Já em 1883, sugeria que o parlamento discutisse uma lei que garantisse a “locação de serviços”, no campo e na cidade, inclusive o trabalho doméstico. Uma lei que protegesse, na verdade, o proprietário:

Que garantia tem o fazendeiro, o agricultor, o dono de casa, qualquer pessoa que contrate serviços com um trabalhador, criado, etc., sobre qualquer trabalho e por tempo ou não determinado, e eles se retiram sem concluir o serviço e sem pagar o que devem?

E concluía: pior “se for ainda estrangeiro” (Idem: 18 de abril de 1883, número 43, página 2).

Referências bibliográficas

ARNT, Hérís. **A influência da literatura no Jornalismo: o folhetim e a crônica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, volume I. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Mauad, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888**. Trad.: Fernando de Castro Ferro. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. 3ª. edição. São Paulo, Unesp, 1998. (Biblioteca básica).

GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRINBERG, Keila. Alforria. In: VAINFAS, Ronaldo (direção). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. 2ª. edição. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (Edições do Senado Federal; v. 7).

ROMANCINI, Richard & LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção) & ALENCASTRO, Luiz Felipe (organizador do volume). **História da Vida Privada**, vol. 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3ª. edição. São Paulo, Martins Fontes, 1983. (Ensino Superior).